

PAULO HENRIQUE FURTADO DE ARAUJO

A CONTRADIÇÃO FUNDAMENTAL DA SOCIEDADE
CAPITALISTA NO LIVRO PRIMEIRO DE *O CAPITAL*:
DETERMINAÇÕES GERAIS E CONSEQUÊNCIAS

Recebido em 10/01/2022

Aprovado em 25/03/2022

A CONTRADIÇÃO FUNDAMENTAL DA SOCIEDADE CAPITALISTA NO LIVRO PRIMEIRO DE *O CAPITAL*: DETERMINAÇÕES GERAIS E CONSEQUÊNCIAS¹

Resumo

O artigo tem por objetivo demonstrar, utilizando contribuições de Postone e Lukács, que, para Marx, a categoria mercadoria é estruturante da sociedade do capital e que por ser constituída pelo par antitético valor de uso e valor engendra a contradição fundamental da sociedade do capital. O trabalho abstrato é a substância do valor e sua quantificação é feita pelo tempo. Deste modo, a partir da dinâmica contraditória da produção de valor e valor de uso aciona-se a contradição entre o tempo histórico (concreto) e o tempo abstrato, específico da sociedade do capital. A contradição constitutiva da mercadoria é uma contradição real que produz o deslocamento para seu exterior da própria contradição. De tal maneira que, na primeira forma em que se apresenta o valor de troca (forma simples, singular ou acidental do valor), a contradição se exterioriza e se apresenta como antítese externa envolvendo duas mercadorias distintas. Enquanto contradição real não há suprassunção, ocorrendo o deslocamento permanente da contradição fundamental pelas várias formas do valor de troca até a forma dinheiro, da forma dinheiro para o dinheiro enquanto capital e, intensificando ontologicamente a exposição e o conjunto categorial, Marx apresenta as várias contradições que se manifestam na acumulação capitalista e que têm na forma mercadoria a sua chave explicativa.

Palavras-chave: Marx, Postone, tempo, valor, valor de uso.

PAULO HENRIQUE
FURTADO DE
ARAÚJO

Doutor em Ciências Sociais, Desenvolvimento e Agricultura pelo CPDA/UFRJ, Professor da Faculdade de Economia da UFF, Coordenador do GEPOC-UFF e membro do NIEP-MARX-UFF.

E-mail: phfaraujo@id.uff.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1454-4888>

¹ Agradeço a leitura cuidadosa e os comentários feitos pelo Professor Maracajaro Mansour e que muito contribuíram para o aperfeiçoamento do presente artigo. Como de praxe, o autor é inteiramente responsável pelos erros e omissões presentes no texto.

Abstract

The article aims to demonstrate, using contributions from Postone and Lukács, that, for Marx, the commodity category is structuring of the capital society and that, being constituted by the antithetical pair use value and value, it engenders the fundamental contradiction of this society. Abstract labor is the substance of value and its quantification is done by time. Thus, from the contradictory dynamics of value and use value production, the contradiction between historical (concrete) time and abstract time, specific of the capital society, is triggered. The constitutive contradiction of the commodity is a real contradiction that produces the displacement of the contradiction itself. In such a way that, in the first form in which exchange value is presented (simple, singular or accidental form of value), the contradiction is externalized and presents itself as an external antithesis involving two distinct commodities. As a real contradiction, there is no subsumption, with the permanent displacement of the fundamental contradiction occurring through the various forms of exchange value to the money form, from the money form to money as capital and, ontologically intensifying the exposition and the categorical set, Marx presents the various contradictions that manifest themselves in capitalist accumulation and whose explanatory key is in the commodity form.

Keywords: Marx, Postone, time, value, use value

JEL: B12, B24, B51.

I. Introdução

A contradição fundamental da sociedade do capital é, por um lado, a contradição constitutiva da categoria mercadoria, a contradição entre valor de uso e valor. E por outro o tempo histórico (concreto e abstrato), específico da sociedade do capital e resultado da dinâmica contraditória da produção de valor e valor de uso.

A mercadoria traz em si esse duplo fator que, enquanto contradição real, implica o deslocamento para seu exterior da própria contradição. De tal maneira que, na primeira forma em que se apresenta o valor de troca (forma simples, singular ou acidental do valor), a contradição se exterioriza e se apresenta como antítese externa envolvendo duas mercadorias distintas. De um lado, a mercadoria, cujo valor de uso deve se expressar, aparece como simples valor de uso, essa é a mercadoria que se encontra na forma relativa do valor. De outro, a mercadoria na qual o valor de uso se expressará, essa se encontra na forma equivalente do valor e opera como espelho do valor da primeira. Enquanto contradição real não há suprassunção, o que ocorre é o deslocamento permanente da contradição fundamental pelas várias formas do valor de troca até a forma dinheiro, da forma dinheiro para o dinheiro enquanto capital e, intensificando ontologicamente a exposição e o conjunto categorial, as várias contradições que se manifestam na acumulação capitalista.

2. Valor, valor de uso e o tempo

Sem entrar em detalhes sobre as diferenças entre o método de pesquisa e o de exposição que Marx utiliza em sua obra magna, *O Capital*, assinamos que toda a cientificidade de Marx exige que se capture a coisa, o objeto de estudo, no caso o ser social, no seu devir. Ou seja, para Marx a prioridade é do movimento do ser em relação ao conhecer, ou do ôntico em relação ao gnosiso-epistêmico de tal modo que as categorias expressam “formas de ser, determinações da existência” (MARX, 2011, p. 59), sendo

categorias ontológicas. A decifração do ser social pelo pesquisador só pode ocorrer através de um conjunto de abstrações (razoáveis) e se inicia quando Marx, na exposição desse conjunto categorial, reproduz mentalmente o ser realmente existente, partindo de categorias mais abstratas que são partes constitutivas do ser social realmente existente. Por arremate, evidencia-se que na Primeira Seção do Livro Primeiro de *O Capital*, temos um grau de abstração que exigirá toda uma intensificação ontológica ou, para falar de forma mais coloquial, um conjunto de sobredeterminações concretizadoras, que aparecem ao longo de cada Livro e pelos três livros de *O Capital*.

Realizamos este excurso para enfatizar que Marx introduz uma questão decisiva para a compreensão da crise ao final do primeiro item do capítulo 1 do Livro Primeiro; isso ocorre quando o autor apresenta a questão da força produtiva do trabalho, comparando a produção de tecidos por meio de teares manuais e de teares mecânicos na economia inglesa do século XIX. Já nesse instante torna-se patente que valor, que tem por substância o trabalho humano abstrato, é quantificado não pelo tempo de trabalho gasto pelo capitalista singular, mas pelo tempo de trabalho socialmente necessário para a fabricação da mercadoria em questão. Do que podemos concluir que Marx realiza uma primeira abordagem da necessária articulação entre o capital individual e o capital social total. Ou, dizendo o mesmo de outro modo, apresenta a articulação entre produção de valor e realização do valor.

Antes de prosseguir, cabe mencionar que sustentamos, com Marx, que as mercadorias são valor e valor de uso e não um valor de uso que contém valor. O que há de distintivo na forma mercadoria é operar como forma de mediação social. Para cumprir essa função, ela precisa operar no interior de uma sociabilidade na qual a divisão social do trabalho seja a máxima possível, a especialização do trabalho determinado por mercadoria seja imperativo, que a massa humana seja obrigada a vender a única mercadoria que lhe resta – sua força de trabalho –, que existam personificações do capital em condições de operar no mundo humano e que o produto da práxis humana vital não seja para o atendimento das necessidades do produtor, mas seja

produzido para o mercado, para um Outro desconhecido. Ao ser produzida pelo trabalho determinado por mercadoria – o qual possui um duplo caráter: produtor de valor e de valor de uso, simultaneamente – ela (a mercadoria) possui valor em *dynamis*, em potência (e toda potência é sempre de vir a ser ou não, de se efetivar ou não); o valor se realiza (ou não) quando da venda da mercadoria. Nesse momento há o reconhecimento (ou não) de que o tempo de trabalho contido na mercadoria é socialmente necessário. Se a totalidade do valor em potência se realiza é porque a mercadoria foi produzida com a mesma produtividade da média do ramo de produção em questão. Caso ela não seja vendida por seu valor em potência, isso se explica por sua produtividade não acompanhar a produtividade média do ramo de produção em questão. Por óbvio, temos aqui o problema da produção do valor e da realização do valor, evidenciando-se que o distintivo é a produtividade da força de trabalho. Marx (2017a., p. 118), nessas mesmas páginas, adianta ao leitor que dentre outros fatores podemos identificar cinco que explicam a produtividade da força de trabalho: o grau médio da habilidade dos trabalhadores, o grau de desenvolvimento da ciência e sua aplicação enquanto tecnologia produtiva, a organização social do processo de produção, o volume e a eficiência dos meios de produção e as condições naturais. Os fatores elencados por Marx são reveladores da importância da ciência aplicada à produção sob a forma de novas tecnologias produtivas. Pois ela incide diretamente sobre os outros quatro fatores, modificando seus impactos sobre a produtividade da força de trabalho. Aqui é importante destacar que o conhecimento científico, apropriado e estimulado pela lógica do valor, constitui o que Marx chama nos *Grundrisse* de *general intellect* ou o conhecimento da espécie humana sobre as legalidades do ser inorgânico, orgânico e social². Tal conhecimento, na sociedade do capital, é voltado para a produção e valorização do valor.

A lógica do valor implica a permanente concorrência entre os capitalistas individuais. Esses, enquanto personificações da lógica, procuram aumentar

² Cf. Marx, 2011, p. 589.

a produtividade de suas plantas produtivas e assim produzir mercadorias com um *quantum* de valor em potência menor do que o valor efetivo ou valor de mercado (dado pela média das produtividades do ramo de produção em questão)³. O interesse aqui é a venda dessas mercadorias, não pelo valor em potência delas, mas pelo valor efetivo ou valor de mercado. O que permite ao capitalista individual se apropriar de um *quantum* de mais-valor que ele não produziu. Quando a mudança da produção que esse capitalista individual introduziu torna-se a dominante do ramo em questão, sua vantagem desaparece. E todo movimento de busca de aumento de produtividade devém um imperativo lógico. Vejamos mais de perto isso: suponhamos que a quantidade de valor por mercadoria no ramo de produção em questão seja X. O capitalista individual, por exemplo, ao introduzir novas máquinas com tecnologia mais eficiente embarcada, consegue produzir suas mercadorias por X/2. Posto que o aumento de produtividade acarreta o aumento da massa de valores de uso produzida e não altera a produção de valor. Como o valor é mensurado pelo tempo de trabalho gasto para a produção da mercadoria, oito (8) horas de trabalho, por exemplo, sempre produzirão um *quantum* de valor de oito (8) horas. Contudo, se antes, por exemplo, o capitalista singular produzia oito (8) unidades da sua mercadoria na jornada de oito (8) horas e com a introdução das novas máquinas produz dezesseis (16) unidades na mesma jornada de oito (8) horas de trabalho, temos que cada uma das dezesseis (16) mercadorias apresenta um valor (potencial, *dynamei*) de trinta (30) minutos de trabalho. Ou seja, X/2 do valor inicial.

³ Cf. Marx, 2011, p. 589.

⁴ No capítulo 10 do livro terceiro de *O Capital*, Marx (2017b, p. 212) apresenta a categoria de valor de mercado, que, por possuir maior grau de determinação, facilita a compreensão do que já está posto no livro primeiro com maior grau de abstração: “O valor de mercado deverá ser considerado, por um lado, como o valor médio das mercadorias produzidas numa esfera de produção e, por outro, como o valor individual das mercadorias produzidas sob as condições médias dessa esfera e que formam a grande massa de seus produtos. Apenas conjunturas extraordinárias podem fazer com que mercadorias produzidas sob péssimas condições, ou sob as mais favoráveis, venham a regular o valor de mercado, o qual, por sua vez, constitui o centro de gravitação dos preços de mercado, que são sempre os mesmos para mercadorias do mesmo tipo. Quando a oferta das mercadorias ao valor médio, ou seja, ao valor medial da massa situada entre ambos os extremos, satisfaz a demanda habitual, as mercadorias cujo valor individual é inferior ao valor de mercado realizam um mais-valor ou lucro extraordinário, ao passo que aquelas cujo valor individual é superior ao valor de mercado não podem realizar uma parte do mais-valor nelas contido.

Não obstante, o valor efetivo ou de mercado (dado pelo tempo médio socialmente necessário para a fabricação da mercadoria no ramo produtivo em questão) é X e será o que o capitalista singular que introduziu a produção mecanizada receberá. Ou seja, ele realizará o dobro do valor em potência de suas mercadorias, e o dobro do que os outros capitalistas singulares realizam no mercado. Com a disseminação das novas máquinas por todo o ramo produtivo, o valor efetivo (média do ramo), esse capitalista singular que mecanizou deixa de realizar $2X$ e volta a realizar X , pois o tempo socialmente necessário gasto em média para produzir aquele tipo de mercadoria foi reduzido para todo o setor devido à difusão da mecanização.

Do exposto, podemos retirar algumas conclusões provisórias e muito gerais. Em primeiro lugar, estamos diante da exposição mais geral da operação daquela contradição básica a que fizemos referência acima [entre valor de uso e valor e que, por sua vez, expressa os dois momentos do trabalho no capitalismo – atividade produtiva (produtor de valor de uso) e atividade socialmente mediadora (produtor de valor)], e que ela só pode se manifestar em sua plenitude quando a produção capitalista se organiza sob sua forma específica – produção industrial e, portanto, quando há extração sistemática de mais-valor relativo. Nesse caso, verificamos que há uma intensificação da produção dos valores de uso na mesma jornada de trabalho (naturalmente estamos abstraindo aqui o fato de que as personificações do capital também aumentam a intensidade e a extensão do trabalho no cotidiano da produção mercantil), um adensamento da porosidade do tempo por um *quantum* cada vez maior de valores de uso que são, individualmente, cada vez menos quantidades de valor em potência. De tal maneira que, ao se generalizar essa nova forma de produção – que envolve a substituição do trabalho vivo por trabalho morto ou de capital variável por capital constante – a redução do valor em cada mercadoria se torna efetiva. Do que se conclui que a lógica do capital, que é valor em expansão, no seu processo autoexpansivo, produz um *quantum* cada vez menor de valor. E isso explica por que Marx se refere ao capital como a contradição em processo.

Destacamos que uma vez que as novas formas de produção se generalizam pelo setor econômico e por toda a economia, as personificações do capital permanecem buscando formas de aumentar a produtividade do trabalho. O que resulta num fluxo contínuo de modificações das formas de produzir com o aumento da produção de mercadorias que são portadoras de valores, em potência e em efetivo, cada vez menores. Há uma aceleração da produção de mercadorias, com intensificação do trabalho, alterando a norma temporal de mensuração do valor ou o tempo abstrato. Após a generalização das novas formas de produzir, aumenta a produção de riqueza material total e se mantém constante a produção da riqueza abstrata. Como a mensuração da riqueza abstrata é pelo tempo de trabalho socialmente necessário, uma jornada de oito horas de trabalho, por exemplo, sempre produzirá uma quantidade de valor de oito horas. No entanto, em nosso exemplo anterior, quando a produção mercantil não havia experimentado a mecanização do seu processo produtivo, em oito horas de trabalho eram produzidas oito unidades de mercadoria. Com as novas técnicas de produção, a quantidade aumenta para dezesseis unidades. No primeiro momento, o capitalista singular vende as dezesseis realizando o valor efetivo ou valor de mercado (norma social) correspondente às oito unidades por jornada de oito horas, realizando o dobro de valor da média social. Quando as novas técnicas se generalizam, a norma social se altera, portanto, no tempo abstrato de oito horas é necessária a produção de dezesseis unidades de mercadorias. A norma social é reconstituída – dezesseis unidades de mercadorias produzidas em cada jornada de oito horas de trabalho. O *quantum* de valor a mais que o capitalista individual que primeiro modificou sua produção recebia, que no nosso exemplo era o dobro dos outros capitalistas individuais, retorna para a quantidade padrão (X). Tudo isso permite a conclusão de que estamos diante de uma alteração (adensamento) do tempo abstrato (que por ser abstrato é sempre igual qualitativamente) que opera como norma da mensuração do valor – esse tempo é determinado pelo nível de produtividade. O que nos leva a mais uma constatação: a dimensão do valor de uso (produtividade do trabalho) constitui o tempo abstrato quantitativamente, mas

de tal maneira que, ainda que ela “redetermine” a hora abstrata de trabalho socialmente necessário, essa hora abstrata permanece constante enquanto unidade de tempo abstrato – uma hora sempre terá sessenta minutos.

É transparente que esse processo, descrito acima, trata da interação entre as duas dimensões da mercadoria. Nas linhas anteriores evidencia-se que o valor de uso (produtividade) “redetermina” o valor (tempo socialmente necessário). Ainda assim, a dimensão do valor de uso (produtividade) é alterada, “redesignada”, pelo valor (a norma social dada pela hora de trabalho socialmente necessário). Já sabemos que o total do valor produzido numa dada jornada de trabalho não se altera mediante as alterações da produtividade do trabalho; e sabemos que o aumento de produtividade adensa o tempo abstrato ou altera a norma social temporal. Dessa maneira, quando essa nova produtividade se generaliza e transforma o novo tempo adensado em norma social, faz com que a “nova” hora adensada “redetermine” a dimensão do valor de uso, adequando-o ao novo “nível” de produtividade. No nosso exemplo, a nova jornada de trabalho é aquela que produz dezesseis unidades da mercadoria e não somente oito unidades, como era na norma social anterior. Por essa angulação pode-se compreender que a dimensão do valor de uso (produtividade) é determinada pela dimensão do valor (nova norma social temporal).

A interação contraditória das duas dimensões do trabalho produtor de mercadorias atravessa toda a sociedade do capital e está no núcleo da dinâmica contraditória específica à totalidade social constituída pelo valor em expansão (trabalho abstrato em expansão). O que há de específico nessa dinâmica contraditória é o seu caráter de transformação e reconstituição permanente do nível de produtividade e da norma social do valor (as determinações quantitativas do tempo de trabalho socialmente necessário). Por consequência, temos a caracterização de uma sociedade direcionalmente dinâmica, orientada para a obtenção de níveis de produtividade cada vez maiores, na qual as duas dimensões do trabalho (concreto e abstrato) se “redeterminam” constantemente. A dinâmica em questão possui uma qualidade objetiva,

atuando como uma lei geral da sociedade do capital. Sendo independente da vontade humana e, na verdade, modelando essa vontade. Essa dinâmica é posta por uma substância (trabalho abstrato) autoexpansiva, homogênea e homogeneizadora que plasma o mundo social e as subjetividades de acordo com sua necessidade de permanente reprodução auto-expansiva. Se quiséssemos falar de uma lei do valor em Marx, essa dinâmica de transformação e reconstituição seria sua determinação inicial, ou seja, lei do valor em Marx só poderia ser dinâmica sem quaisquer vestígios de equilíbrio do mercado. Aliás, o que dilucida que o mercado não é o essencial para a dinâmica do capitalismo, pois a dinâmica aqui descrita tem por fundamento unicamente a dimensão temporal do valor.

A dinâmica em questão delineia os traços gerais da lógica histórica intrínseca da sociedade do capital; tal lógica histórica é o produto das relações sociais mediadas pelo trabalho determinado por mercadoria, as quais têm por caracteres distintivos serem relações sociais alienadas e determinadas temporalmente – uma dinâmica histórica direcional e autoexpansiva, tal como o valor em seu processo contraditório, e infinito, de autovalorização.

A relação contraditória e dinâmica entre os dois fatores da mercadoria explica a oposição entre o tempo abstrato e um tipo de tempo concreto que é específico da sociedade do capital. O tempo concreto, produzido pela sociedade do capital, é o seu tempo histórico. Esse tempo concreto (histórico) é a expressão do movimento do tempo abstrato. O movimento contraditório entre tempo abstrato e tempo histórico no capitalismo, por sua vez, expressa a contradição básica entre as duas dimensões do trabalho determinado por mercadorias – que produz o efeito da permanente transformação e reconstituição da norma social do tempo abstrato e de toda objetividade e subjetividade da sociedade do capital. Tendo em conta essa dinâmica específica do valor em expansão, podemos arrematar que ela produz um movimento direcional no tempo, um tempo concreto que é um “fluxo da história” (POSTONE, 2014, p. 338) – um tempo histórico.

Por evidente, ainda que sejam o resultado da constituição societária cuja mediação social é feita pelo valor, tempo histórico e tempo abstrato são diferentes. O tempo abstrato, indicamos acima, é um referencial independente e abstrato em que as ações e eventos manifestam-se. Ele surge na sociedade em que a mediação social pelo valor instaura uma totalidade e os resultados do trabalho individual produtor de mercadorias, organizado pelos capitalistas singulares, devêm norma social temporal abstrata para esse tipo de atividade produtora de mercadorias. A mediação social pelo valor ocorre a partir da mensuração do valor que é feita pelo tempo de trabalho socialmente necessário. O detalhe é que o tempo de trabalho socialmente necessário não é um movimento no tempo, mas é o resultado da transformação do tempo concreto, substancial, “em tempo abstrato no espaço” (POSTONE, 2014, p. 338), movendo-se do particular (capitalista singular que aumenta sua produtividade) para o geral (norma social temporal) e retroagindo sobre o particular. A mediação social e espacial do valor constitui um quadro temporal abstrato e homogêneo inalterável, uma constante que permite a expressão e mensuração do movimento de metamorfose do tempo substancial em tempo abstrato. Toda atividade produtiva do capitalista individual ocorre e é mensurada no e pelo tempo abstrato e, simultaneamente, é incapaz de alterar esse tempo. Mudanças de produtividade movimentam historicamente a unidade de tempo abstrata ao adensá-la de valores de uso e, ainda assim, esse movimento substantivo, histórico, não é capturado pelo tempo abstrato. Por isso, a quantidade de valor por unidade de tempo permanece constante diante de alterações da força produtiva do trabalho. A norma social do trabalho socialmente necessário se modifica e isso não só não é refletido pelo valor, como esse não refletir permite a reconstituição do quadro temporal abstrato e homogêneo produzido pelo valor. O valor, com sua dimensão de tempo abstrato, expressa o tempo como tempo presente, implicando um tipo de permanente “presentificação” da vida social, uma vez que a norma social do tempo de trabalho abstrato é um imperativo lógico para todo gasto de trabalho imediato, com total

autonomia do nível histórico de produtividade e de todas as mudanças societárias, transformadoras e reconstituidoras a ela associadas.

O tempo histórico da sociedade do capital não é um fluxo que independe da atividade humana, ele é o movimento do tempo substantivo e adensado pela produção crescente de mercadorias e aumento da força produtiva do trabalho e se encontra em oposição ao movimento no tempo. A dinâmica que o tempo histórico delinea é de “um processo constituído e constituinte do desenvolvimento e da transformação” (POSTONE, 2014, p. 338) da totalidade social. O processo em questão é direcional e é produto da prática social, tendo por arrimo a dualidade constitutiva das relações sociais mediadas pelo valor. Esse movimento histórico da totalidade social do capital só vem a ser com enormes e radicais mudanças (objetivas e subjetivas) do modo de vida da massa do povo. Lembrando que esse movimento histórico assenta e ao mesmo tempo modifica o modo de vida, ele transforma e reconstitui, em novas bases, os padrões de trabalho determinados por mercadoria, a estrutura das classes sociais e sua distribuição espacial, os tipos de política e de Estado moderno, os tipos e métodos de ensino e a própria escola, os meios de comunicação e transporte, as formas em que se estruturam as famílias, e acarreta a contínua mudança das formas de subjetividade, das formas de interação social e dos valores sociais envolvidos nessa interação. Ainda que todo esse movimento não escape da lógica contraditória fundamental da transformação e reconstituição das condições (objetivas e subjetivas) de expansão do valor. O tempo histórico da sociedade do capital expressa toda essa dinâmica de transformação e reconstituição, se estabelecendo como um tipo de tempo concreto constituído pela práxis social fundada pelo valor – portanto, diversamente do tempo abstrato, ele é variado, se altera e pode sofrer acelerações.

A sociedade capitalista tem seu caráter histórico dinâmico devido à relação contraditória entre o tempo abstrato e o tempo histórico, que por sua vez são estruturados pelas duas dimensões constitutivas da mercadoria. Aqui a humanidade cria, de forma descontrolada, alienada, sua própria história

enquanto um processo contínuo, autoexpansivo, direcional, de transformação e reconstituição social.

A busca do permanente aumento da força produtiva do trabalho, imposto pela lógica do valor, desnuda que o trabalho imediato deixa de ser o momento central desse processo. Considerando os cinco fatores que, dentre outros, determinam a produtividade, e que citamos anteriormente, temos que o imperativo categórico do valor torna a produtividade cada vez menos dependente do trabalho imediato dos trabalhadores e cada vez mais dependente da experiência acumulada pela humanidade na produção de valores de uso, do conhecimento técnico, científico, e das formas de organização do processo produtivo. Produzindo um desenvolvimento alienado de formas socialmente gerais de conhecimento e da experiência que já não são explicadas ou não podem ser simplificadas pelas habilidades e conhecimentos dos trabalhadores imediatos do processo de produção mercantil. Com isso oferecemos um bosquejo inicial da análise de Marx sobre o movimento histórico do capital muito distinto do tradicional, que tem por fulcro a contradição entre forças produtivas e relações de produção.

A mensuração do valor de uso do trabalho, desconsiderando-se a dimensão do valor, deve tomar em consideração o *quantum* produzido de riqueza material (valores de uso); com isso ela não se referencia no tempo socialmente necessário que é a quantificação específica do valor. Não obstante, isso não significa que ela não possua um aspecto temporal, mas sim que esse aspecto é uma atribuição primordial da própria produção sob a forma do *quantum* temporal que é de fato necessário para a produção de um valor de uso específico – aqui o tempo deixa de ser uma norma social para o gasto de energia humana e se torna atribuição da objetivação do trabalho. Como já dito, mudanças nesse tempo concreto no qual se produzem valores de uso, são proporcionadas por alterações na força produtiva do trabalho e “refletem o movimento histórico do tempo” (POSTONE, 2014, p. 342). O movimento no tempo histórico, também já vimos, é engendrado por uma sociabilidade que se constitui, de forma alienada, com a aglutinação

permanente de experiências científicas, conhecimentos técnicos e organizacionais e que estão na causalidade explicativa dos desenvolvimentos que se verificam nos campos social, intelectual e cultural, e estes, por sua vez, são o alicerce do movimento do tempo histórico. Os resultados daquela aglutinação permanente podem ser mensurados tanto a partir das variações nas quantidades produzidas por período de tempo quanto nas variações nas quantidades de tempo necessárias para a produção de uma mercadoria em particular. Contudo, não é possível mensurar os desenvolvimentos históricos, pois eles não são capturados como um símbolo explicado pelo tempo abstrato. E isso é assim mesmo quando relembramos que o tempo histórico sofre a determinação do tempo abstrato (do valor), pois a forma social do valor plasma a forma concreta que a produção assume e é nessa forma concreta que devém a condensação do conhecimento técnico, organizacional e científico, além da objetivação do trabalho.

A apreensão da dinâmica histórica da sociedade capitalista, a partir do conjunto categorial marxiano, nos permite concluir que as relações da forma mercadoria produzem a dinâmica histórica, a sua trajetória e, forçosamente, a disjunção entre a aceleração do avanço da força produtiva do trabalho (que se separa, cada vez mais, do trabalho imediato e tem por núcleo o que, como já dissemos, Marx designou nos *Grundrisse* por *general intellect*) e o quadro temporal abstrato, referencial de valor, no interior do qual os desenvolvimentos da produtividade ocorrem. Verifica-se uma enorme discrepância entre a condensação do tempo histórico e a objetivação do tempo de trabalho imediato (produtor da riqueza abstrata – valor) à proporção que o conhecimento científico se corporifica na produção de mercadorias. Com o que podemos reafirmar que os colossais aumentos da força produtiva do trabalho, produzidos pela ciência e tecnologia, não podem ser satisfatoriamente explicados a partir do gasto de tempo de trabalho imediato. Nesse caso, pouco importando se o trabalho em questão é manual ou intelectual, se envolve o trabalho imediato em pesquisa e desenvolvimento, formação de cientistas, engenheiros, técnicos etc. A produção de valores de uso torna-se cada vez mais o resultado do conhecimento coletivo acumulado

pela espécie humana (*general intellect*) e que nada mais é do que uma categoria geral engendrada pela condensação do tempo histórico. O valor de uso, com a realização de toda potencialidade inerente à sociedade do capital, devem cada vez mais objetivação de tempo histórico e cada vez menos resultado do tempo abstrato. Todavia, como a riqueza específica dessa sociedade é abstrata, é o valor, ele segue sendo a expressão da substância trabalho abstrato e sendo a categoria estruturante da totalidade social do capital. O acúmulo do tempo histórico não altera ou retira a centralidade do imperativo categórico da produção do valor, da necessidade do presente com sua norma temporal abstrata, ainda que altere o pressuposto concreto dessa norma. O que nada mais é do que o movimento de reconstituição da necessidade do valor por um caminho em que a necessidade presente não só não é negada, como é exacerbada – “ela é impelida no tempo como um presente perpétuo, uma necessidade aparentemente eterna” (POSTONE, 2014, p. 345). A sociedade capitalista, ao contrário de outras formações sociais, possui uma lógica histórica endogenamente produzida – que domina a humanidade que a produz e sobre a qual essa humanidade não possui qualquer controle – e que se caracteriza pela perpétua e constante expressão do tempo histórico no tempo presente (em que se manifesta a norma temporal abstrata), produzindo um tipo de presentificação permanente.

Outro ponto a considerar a partir do exposto até aqui é que a dominação social abstrata se apresenta de duas formas que, na aparência, são opostas: dominação do tempo abstrato como o presente e o processo imperativo de transformação permanente. Esse par relaciona-se com a dualidade temporal específica da sociedade capitalista: o fluxo acelerado e contínuo da história associado à sua constante reconversão em tempo presente. Em suma, estamos diante de um tipo de “lei histórica” que é caracterizada pela dinâmica dialética da transformação e reconstituição permanentes. Cabe dizer que essa dinâmica dialética suscita a possibilidade histórica de conceber isoladamente a produção arrimada no tempo histórico e a produção sustentada no tempo abstrato. O que levaria à ultrapassagem da dinâmica contraditória e alienada entre passado e presente que é específica da

sociedade do capital. Todavia, isso se coloca apenas como possibilidade que nunca se realiza por si, pois o tempo de trabalho abstrato é a quantificação da riqueza específica do capitalismo e as relações sociais dessa formação têm nesse tempo a quantificação de sua substância constituidora. O tempo de trabalho socialmente necessário concerne a uma sociabilidade na qual os seres humanos não apenas são dominados por seus trabalhos, como são compelidos a manter e reproduzir essa dominação sem ter consciência do que fazem.

Nesse ponto da exposição é possível esclarecer que a contradição dialética marxiana entre as forças produtivas e as relações de produção no capitalismo tem por sustento ou arrimo o duplo caráter das formas sociais constitutivas dessa sociabilidade: as dimensões valor e valor de uso do trabalho e do tempo socialmente constituído. Valor e valor de uso são os dois fatores das mercadorias e produtos do duplo caráter do trabalho produtor de mercadorias e desse par contraditório deduzimos a complexa dinâmica temporal (tempo histórico e tempo abstrato) que expomos acima. A contradição dialética entre forças produtivas e relações de produção mantém a obrigatoriedade da necessidade temporal abstrata e histórica. O que elucidada que ela (a contradição dialética) não tem por causalidade a contradição (imaginada como fundamental pelo marxismo tradicional) entre produção e distribuição, tampouco a propriedade privada dos meios de produção. Ou seja, ela não está enraizada na luta de classes, mas tem por fundamento as formas sociais específicas da sociedade do capital e que são constituídas pelo trabalho determinado por mercadoria. De tal maneira que a superação dessa sociabilidade só pode vir a ser com a superação desse trabalho produtor de mercadorias, o que exige a superação do processo de produção capitalista tomado tanto social como tecnicamente (a tecnologia, desse modo, não é neutra; ela foi engendrada para produzir e extrair valor).

Desvela-se, agora, que a contradição fundamental da sociedade do capital está assentada entre o trabalho produtor de mercadorias e o tempo. Essa contradição plasma os processos sociais e as instituições da sociedade

capitalista e constitui a possibilidade intrínseca de sua supressão histórica. Essa contradição surge “entre o conhecimento geral e as habilidades cujo acúmulo é induzido pela forma de relações sociais mediadas pelo trabalho, de um lado, e por essa forma de mediação em si, de outro” (POSTONE, 2014, p. 350). Ainda que a presentificação da norma temporal abstrata não seja superada automaticamente, há uma crescente tensão com as possibilidades imanentes ao avanço da força produtiva do trabalho que é induzido pela lógica do valor.

Toda a exposição até este ponto permite sustentar uma interpretação de um trecho dos *Grundrisse* de Marx (2011) – conhecido como *Fragmento das Máquinas* – que tem sido alvo de grande polêmica no campo do marxismo. De imediato relembramos que Marx (2011, p. 119) nos *Grundrisse* afirma que “economia de tempo de trabalho, a isso se reduz afinal toda economia”; e que Lukács (2012 e 2013), em sua *Para uma Ontologia do Ser Social*, nos fala dos sucessivos recuos das barreiras naturais associados ao desenvolvimento das categorias puramente sociais do Ser Social – as duas observações tratando de um mesmo fenômeno: o desenvolvimento das forças produtivas. Dizendo o mesmo de outro modo, Marx desvela a única lei transistórica do Ser Social, e que Lukács explicita em sua Ontologia: o gênero humano, ao longo de sua existência e história, apreende de forma, cada vez mais, adequada as leis da natureza orgânica, inorgânica e social, de tal maneira que o trabalho (universal, geral) torna-se mais eficiente, gastando-se menos tempo de trabalho para a produção de valores de uso. Ocorrendo economia do tempo de trabalho ou afastamento das barreiras que a natureza interpõe ao desenvolvimento da pura sociabilidade humana – e que expressam o aumento da produtividade do trabalho. Nesse mesmo processo, o trabalho que é fundante do ser social, que é a protoforma do agir humano (LUKÁCS, 2013), passa a ser um momento da vida humana ao lado de outras práxis que se desenvolvem e permitem a expressão do processo do devir humano do ser humano: as artes, a filosofia, a ciência etc. Ou seja, a vida humana

não se define pelo trabalho e tampouco tem nele sua centralidade⁴. Bem, com o advento do modo de produção capitalista, esse último aspecto se modifica. O trabalho torna-se central na vida social e na vida de cada indivíduo, posto que a inserção social, na comunidade, se dá pelo valor (cuja substância, conforme já vimos, é o trabalho abstrato). E, como explicitado acima, a lógica do capital produz a aceleração da economia de tempo de trabalho, produzindo a possibilidade do tempo livre (da obrigatoriedade do trabalho) e, simultaneamente, impedindo a realização dessa possibilidade. A contradição em processo, que é o capital, aponta para uma tendência geral – o aumento da composição do capital e a redução do trabalho imediato mobilizado na produção de mercadorias. O que tipifica uma situação na qual a lógica societária do capital reduz a causa produtora de sua riqueza específica (trabalho imediato) e, ao mesmo tempo, acelera a produção pletórica de mercadorias, que, por sua vez, são um *quantum* de valor cada vez menor. As crises econômicas e o ciclo industrial têm por causa essa lógica e, concomitantemente, a lógica aponta para um limite interno absoluto do capital. Marx, nos *Grundrisse*, apreendeu a lógica e sua tendencialidade e as apresenta de modo resumido e concentrado no, acima referido, *Fragmento das Máquinas*.

Para arrematar, vejamos esta pequena passagem: “Tão logo o trabalho na sua forma imediata deixa de ser a grande fonte da riqueza, o tempo de trabalho deixa, e tem de deixar, de ser a sua medida e, em consequência, o valor de troca deixa de ser [a medida] do valor de uso” (MARX, 2011, p.

⁴ Apenas para registro, o trabalho não produz a riqueza em todo e qualquer modo de produção, como afirmam alguns marxistas. No capitalismo, diz Marx (2017a), a riqueza aparece como uma imensa coleção de mercadorias, portanto, sua manifestação fenomênica se dá como valores de uso. Todavia, em sua essência, a riqueza especificamente capitalista é abstrata, é valor. Marx (2017a, p. 114) adverte que “os valores de uso formam o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social desta”. Adiante acrescenta que “(...) o trabalho não é a única fonte dos valores de uso que ele produz, a única fonte da riqueza material. Como diz William Petty: o trabalho é o pai, e a natureza é a mãe da riqueza material” (MARX, 2017a, p. 121). Por conseguinte, podemos ter valores de uso, portanto, riqueza material, que não são produto de trabalho humano, somente da natureza – Marx se refere a isso como objetos de trabalho preexistente e nos diz que a terra é o objeto universal do trabalho humano (p. 256). A conclusão é cristalina: não é adequado afirmar que toda riqueza é produto do trabalho. Se acrescentarmos que no capitalismo o trabalho produtor de mercadorias exterioriza o laço social, temos a centralidade que possui o trabalho nessa formação e o fato de que a riqueza específica do capitalismo não tem outro determinante que não seja o trabalho.

588)⁵. Marx está tratando da economia capitalista e de como a lógica do valor provoca uma dissociação entre riqueza material e riqueza abstrata. No processo concorrencial, cada capitalista individual, como vimos, luta para aumentar a produtividade de sua empresa, para produzir mais mercadorias com valor (em *dynamei*) menor do que o valor efetivo ou valor de mercado. Com isso, recorre à ciência e à sua aplicação na produção (tecnologia), aumentando a participação do trabalho passado em detrimento do trabalho presente, vivo, na produção das mercadorias. Em suma, o *trabalho imediato* perde importância e centralidade na produção capitalista e ganha densidade e importância o “intelecto geral”, o conhecimento da espécie humana, aplicado à produção mercantil – que confirma a lei geral transistórica que Marx e Lukács iluminaram: o recuo das barreiras naturais ou a economia de tempo de trabalho. É nesse quadro que podemos afirmar que “o valor se torna cada vez mais anacrônico quando observamos o potencial de produção de riqueza material das forças produtivas a que dá origem” (POSTONE, 2014, p. 229). Reafirmando que esse movimento solapa as bases sobre as

⁵ Para que não haja dúvida de que Marx trata da sociedade do capital, reproduzo o que antecede e o que sucede a esse trecho citado: “A troca de trabalho vivo por trabalho objetivado, i.e., o pôr do trabalho social na forma de oposição entre capital e trabalho assalariado, é o último desenvolvimento da relação de valor e da produção baseada no valor. O seu pressuposto é e continua sendo a massa do tempo de trabalho imediato, o *quantum* de trabalho empregado como o fator decisivo da produção da riqueza. No entanto, à medida que a grande indústria se desenvolve, a criação da riqueza efetiva passa a depender menos do tempo de trabalho e do *quantum* de trabalho empregado que do poder dos agentes postos em movimento durante o tempo de trabalho, poder que – sua poderosa efetividade¹ –, por sua vez, não tem nenhuma relação com o tempo de trabalho imediato que custa sua produção, mas que depende, ao contrário, do nível geral da ciência e do progresso da tecnologia, ou da aplicação dessa ciência à produção. (Por seu lado, o próprio desenvolvimento dessa ciência, especialmente da ciência natural e, com esta, todas as demais, está relacionado ao desenvolvimento da produção material.) A agricultura, p. ex., torna-se simples aplicação da ciência do metabolismo material, de forma a regulá-lo do modo mais vantajoso possível para todo o corpo social. A riqueza efetiva se manifesta antes – e isso o revela a grande indústria – na tremenda desproporção entre o tempo de trabalho empregado e seu produto, bem como na desproporção qualitativa entre o trabalho reduzido à pura abstração e o poder do processo de produção que ele supervisiona. O trabalho não aparece mais tão envolvido no processo de produção quando o ser humano se relaciona ao processo de produção muito mais como supervisor e regulador. (O que vale para a maquinaria, vale igualmente para a combinação da atividade humana e para o desenvolvimento do intercâmbio humano.) Não é mais o trabalhador que interpõe um objeto natural modificado como elo mediador entre o objeto e si mesmo; ao contrário, ele interpõe o processo natural, que ele converte em um processo industrial, como meio entre ele e a natureza inorgânica, da qual se assenhora. Ele se coloca ao lado do processo de produção, em lugar de ser o seu agente principal. Nessa transformação, o que aparece como a grande coluna de sustentação da produção e da riqueza não é nem o trabalho imediato que o próprio ser humano executa nem o tempo que ele

quais se estrutura a lógica e todo o edifício societário do capitalismo e aponta para o limite lógico interno da sociabilidade do valor em expansão.

É ocioso prosseguir destacando a contraditoriedade estrutural que essa disjuntiva coloca para a sociedade capitalista. Ainda assim, reafirmo o destaque para as implicações que todo esse processo tem para a compreensão das crises cíclicas do capital e para a compreensão da atual crise estrutural.

3. Contradição Fundamental e Acumulação de Capital

Retomando a exposição que Marx realiza em *O Capital*, é necessário apreciar como a contradição fundamental (entre valor de uso e valor e o tempo) se manifesta no processo de acumulação capitalista. Na Seção VII (*O Processo de Acumulação do Capital*) do Livro Primeiro de *O Capital*, Marx apresenta um conjunto categorial decisivo para a compreensão da acumulação: reprodução simples, transformação de mais-valor em capital, composição do capital (técnica e orgânica), concentração e centralização de capital,

trabalha, mas a apropriação de sua própria força produtiva geral, sua compreensão e seu domínio da natureza por sua existência como corpo social – em suma, o desenvolvimento do indivíduo social. *O roubo de tempo de trabalho alheio, sobre o qual a riqueza atual se baseia*, aparece como fundamento miserável em comparação com esse novo fundamento desenvolvido, criado por meio da própria grande indústria. *Tão logo o trabalho na sua forma imediata deixa de ser a grande fonte da riqueza, o tempo de trabalho deixa, e tem de deixar, de ser a sua medida e, em consequência, o valor de troca deixa de ser [a medida] do valor de uso.* [grifo nosso] *O trabalho excedente da massa* deixa de ser condição para o desenvolvimento da riqueza geral, assim como o *não trabalho dos poucos* deixa de ser condição do desenvolvimento das forças gerais do cérebro humano. Com isso, desmorona a produção baseada no valor de troca, e o próprio processo de produção material imediato é despedido da forma da precariedade e contradição. [Dá-se] o livre desenvolvimento das individualidades e, em consequência, a redução do tempo de trabalho necessário não para pôr trabalho excedente, mas para a redução do trabalho necessário da sociedade como um todo a um mínimo, que corresponde então à formação artística, científica etc. dos indivíduos por meio do tempo liberado e dos meios criados para todos eles. O próprio capital é a contradição em processo, [pelo fato] de que procura reduzir o tempo de trabalho a um mínimo, ao mesmo tempo que, por outro lado, põe o tempo de trabalho como única medida e fonte da riqueza. Por essa razão, ele diminui o tempo de trabalho na forma do trabalho necessário para aumentá-lo na forma do supérfluo; por isso, põe em medida crescente o trabalho supérfluo como condição – questão de vida e morte – do necessário. Por um lado, portanto, ele traz à vida todas as forças da ciência e da natureza, bem como da combinação social e do intercâmbio social, para tornar a criação da riqueza (relativamente) independente do tempo de trabalho nela empregado. Por outro lado, ele quer medir essas gigantescas forças sociais assim criadas pelo tempo de trabalho e encerrá-las nos limites requeridos para conservar o valor já criado como valor. As forças produtivas e as relações sociais – ambas aspectos diferentes do desenvolvimento do indivíduo social – aparecem somente como meios para o capital, e para ele são exclusivamente meios para poder produzir a partir de seu fundamento acanhado. De fato, porém, elas constituem

exército industrial de reserva etc. Toda sociedade, pouco importam suas características específicas, possui um processo de produção de valores de uso que é obrigado a continuamente percorrer os mesmos estágios de produção e de circulação. Considerando a interdependência e o fluxo contínuos de renovação, o processo social de produção, necessariamente, é um processo de reprodução. Ao produzir valores de uso, a sociedade tem que garantir a continuidade do processo de produção, portanto, tem que garantir sua reprodução. Para tanto, a sociedade tem que garantir que parte dos valores de uso produzidos a cada ano sejam reconvertidos em meios de produção (meios de trabalho, matérias-primas e matérias auxiliares). Tudo o mais constante, a sociedade em questão só pode se reproduzir na mesma escala se, ao final do período de produção, digamos um ano, consegue repor aqueles meios de trabalho consumidos ao longo desse ano – essa quantidade não pode ser destinada ao consumo individual.

No caso da sociedade em que domina o modo de produção capitalista, por óbvio, tanto a produção quanto a reprodução são capitalistas. A reprodução, por esse motivo, tem que ser um meio para a valorização do valor – o valor adiantado no início do ciclo de produção tem que se reproduzir como capital. Nesse caso, dinheiro inicialmente adiantado (D), representação do valor global adiantado [capital constante (c) + capital variável (v)], devém dinheiro acrescido de mais dinheiro ($D' = D + \Delta D$). Tomando como exemplo, para nossa exposição, a reprodução simples, ocorre que ao final de cada ano inicia-se o ciclo com o mesmo *quantum* de dinheiro do ciclo anterior (D) – o processo de produção se repete na mesma escala. Esse resultado só é possível se todo

as condições materiais para fazê-lo voar pelos ares. “Uma nação é verdadeiramente rica quando se trabalha 6 horas em lugar de 12. A riqueza não é o comando sobre tempo de trabalho excedente (riqueza real), mas tempo disponível para cada indivíduo e toda a sociedade para além do usado na produção imediata. A natureza não constrói máquinas nem locomotivas, ferrovias, telégrafos elétricos, máquinas de fiar automáticas¹ etc. Elas são produtos da indústria humana; material natural transformado em órgãos da vontade humana sobre a natureza ou de sua atividade na natureza. Elas são órgãos do cérebro humano criados pela mão humana; força do saber objetivada. O desenvolvimento do capital fixo indica até que ponto o saber social geral, conhecimento, deveio força produtiva imediata e, em consequência, até que ponto as próprias condições do processo vital da sociedade ficaram sob o controle do ‘intelecto geral’ e foram reorganizadas em conformidade com ele. Até que ponto as forças produtivas da sociedade são produzidas, não só na forma do saber, mas como órgãos imediatos da práxis social; do processo real da vida”. (MARX, 2011, p. 587, 588 e 589)

o mais-valor realizado pela personificação do capital for utilizado para o consumo do capitalista. Ainda assim, ao final de cada ciclo, evidencia-se que o mais-valor se origina do capital – pois o capital dinheiro adiantado permite a compra de força de trabalho e meios de produção. No processo de trabalho, a personificação da força de trabalho produz valor e valoriza valor, revivendo o trabalho morto, passado, constitutivo do capital constante, e repassando-o para as novas mercadorias produzidas. Concede crédito ao capitalista, pois primeiro trabalha e só recebe depois de ter produzido valor e mais-valor na forma de mercadorias. Uma vez que o ciclo produtivo esteja operando, o trabalhador é pago com o valor que ele próprio produz. Como o trabalhador já foi separado dos meios de produção e o produto do seu trabalho surge como produto estranhado e pertencente ao capitalista (personificação do capital), ele só pode subsistir, mediante a compra das mercadorias que compõem sua cesta de consumo, com o salário recebido. O consumo do trabalhador, enquanto classe social, é consumo produtivo para o capital e para a classe capitalista. E todo esse arranjo pressupõe, no início do ciclo, uma soma de capital operando como dinheiro. Finalmente, demonstramos, com isso, conforme adiantamos há pouco, que a reprodução simples evidencia que mais-valor (têlos do capitalista) se origina do capital. Na reprodução simples, ao final de circulação do capital (ciclo, constituído por circulação – atos de compra e venda – e produção) temos por resultado que: (a) o produto pertence ao capitalista e não ao trabalhador; (b) o valor total do produto produzido é constituído pela soma de valor e mais-valor; (c) o trabalhador mantém sua mercadoria (força de trabalho) e nada mais, de modo que é obrigado a voltar a vendê-la no mercado. A reprodução simples é a constante e permanente reprodução desses resultados que permitem a permanente transformação de dinheiro em capital.

Com a reprodução ampliada (acumulação) podemos demonstrar que o capital se origina do mais-valor. Acumulação nada mais significa do que a “aplicação do mais-valor como capital ou a reconversão do mais-valor em capital” (MARX, 2017a, p. 655). Agora o mais-valor já não é inteiramente destinado ao fundo de consumo do capitalista, uma parte ou mesmo a

totalidade é reconvertida em capital. O que exige que o capitalista encontre no mercado quantidades adicionais de meios de produção e de força de trabalho que possam ser compradas, garantindo a acumulação. Em outras palavras, o mais-valor só poderá ser transformado em capital “porque o mais-produto, do qual ele é o valor, já traz em si os componentes materiais de um novo capital” (MARX, 2017a, p. 656). Além disso, supondo que a exploração da força de trabalho não tenha aumentado em extensão ou em intensidade, a lógica do capital tem que garantir a existência de força de trabalho adicional. E ela o faz através da reconstituição permanente da classe trabalhadora enquanto dependente do salário para sua sobrevivência. Deste modo, as características verificadas na reprodução simples permanecem; ao final do ciclo as condições para o seu reinício estão garantidas. Contudo, temos agora uma expansão em espiral, uma reprodução ampliada do capital.

A acumulação capitalista possui uma lei geral, que pode ser apresentada como a produção progressiva de uma superpopulação relativa, desempregada. Essa superpopulação relativa, ao mesmo tempo, é o resultado da acumulação e condição para a existência do modo de produção capitalista. Vejamos essa questão mais de perto: o fator mais importante na explicação dessa lei geral é a categoria composição do capital. Nela se expressará a contradição básica que vimos tratando desde o início deste artigo. A contradição valor de uso-valor, constitutiva da mercadoria, se exterioriza até a forma categorial de capital. O capital em seu vir a ser permanente promove o aumento da força produtiva do trabalho e o obtém, principalmente, através da aplicação da ciência, sob a forma de novas tecnologias, à produção. Esse processo exige a elevação permanente da mecanização do processo de produção de mercadorias, com a mobilização de máquinas que substituem trabalhadores⁶. A parte do capital dinheiro adiantado pelo capitalista individual para a compra de máquinas, equipamentos, matérias-primas e

⁶ Como sabemos, as máquinas, em geral, são produzidas como mercadorias e, por isso, são valor ou portam trabalho passado, já realizado. Esse trabalho passado é reanimado pela intervenção do trabalho imediato, desempenhado pelo trabalhador que é movimentado pela máquina, e repassado para as novas mercadorias que o trabalho presente, imediato, e o trabalho passado, morto, produziram.

insumos é o que constitui o capital constante. Pois elas (aquelas partes que o constituem) não sofrem alteração de valor ao longo de seu uso no processo de fabricação de mercadorias; seu valor é simplesmente repassado para as novas mercadorias fabricadas, de acordo com suas vidas úteis. Já a parte do capital dinheiro adiantado para a compra de força de trabalho constitui o capital variável. Essa parte é dita variável porque a força de trabalho é a única mercadoria que produz valor novo, somente ela cria valor. E a quantidade de valor que ela cria ao longo de sua jornada de trabalho não está previamente determinada como no caso do capital constante. A relação existente entre o capital constante (c) e o capital variável (v) é a composição de capital (c/v) e, segundo Marx, ela deve ser considerada em dois sentidos que se correlacionam. Sob o aspecto do valor, a relação constitui a composição de valor; sob o aspecto da matéria, a relação constitui a composição técnica do capital. A correlação entre elas é a composição orgânica do capital, que nada mais é do que a composição técnica expressa em valor e, portanto, capaz de expressar as mudanças de quantidades físicas e de valor que ela (composição técnica) venha a sofrer.

O processo de acumulação do capital, como já dito, exige a reaplicação do mais-valor produzido (em sua totalidade ou uma fração do todo) na ampliação da capacidade produtiva, na compra de capital constante e capital variável. A lógica do valor constrange cada personificação do capital a atualizar e promover o avanço permanente da produtividade da força de trabalho, o que resulta na permanente elevação da composição orgânica do capital (c/v)⁷. Estamos diante de um processo permanente de eliminação de trabalho imediato, o que coloca todo um conjunto de questões, contradições e dificuldades para esse modo de produção. De pronto, evidencia-se que a parcela da população disponível para vender sua força de trabalho é produzida endogenamente pela lógica do capital. Libertando-se dos

⁷ Destaco aqui que o valor da força de trabalho (v) tende a se reduzir ao longo do processo histórico de ampliação do valor. Posto que toda a dinâmica aqui descrita pressupõe o domínio societário da produção capitalista organizado em sua forma específica – a grande indústria. O que só ocorre com a extração sistemática de mais-valor relativo. Esta forma de extração só pode existir mediante a redução sistemática do valor da mercadoria força de trabalho.

determinantes biológico-naturais e produzindo-a de acordo com as necessidades da autovalorização do valor; e com isso se esclarece a afirmação anterior de que a superpopulação relativa é o resultado do processo de acumulação e condição da existência do modo de produção capitalista.

Além disso, ocorre que a riqueza especificamente capitalista (valor) só é produzida pelo trabalho imediato e, como sabemos, a lógica do valor constrange as personificações a reduzir o capital variável, em favor do capital constante, o que produz a redução do valor, do mais-valor e, portanto, a redução ao estímulo para a continuidade de reprodução da própria lógica⁸. Por óbvio, essa tendência não se manifesta de forma linear, ela o faz através de idas e vindas, através do próprio ciclo econômico de médio prazo ou ciclo industrial. Ela é atravessada por contratendências que se apresentam em um nível de análise mais concreto, como é o caso analisado por Marx no Livro Terceiro de *O Capital*, na Seção 3 e em particular no capítulo 14. Adiante retornaremos a esse ponto. Agora é preciso destacar que a acumulação, sempre associada ao aumento da composição orgânica do capital, além de produzir o exército industrial de reserva ou a superpopulação relativa desempregada, produz outro resultado que é fundamental para a compreensão da própria acumulação: concentração e centralização de capitais.

A reprodução ampliada do capital ou acumulação exige volumes crescentes de capital constante e capital variável, aumentando a cada período o *quantum* de capital dinheiro necessário para reiniciar o ciclo do capital. Como a forma decisiva de aumentar a força produtiva do trabalho ocorre através do avanço tecnológico, do acúmulo de conhecimento técnico-científico, a quantidade de capital dinheiro necessário para a aquisição dessa tecnologia embarcada em máquinas, equipamentos etc. é a cada ciclo do capital mais elevada. Exige uma soma cada vez maior de capital dinheiro para que o ciclo se reinicie e, com ele, volume maior ou menor de força de

⁸ Em termos mais concretos, sobredeterminados ou em sua manifestação fenomênica, o mais-valor, em parte, aparece como lucro. Desse modo, a lógica descrita provoca a redução do lucro produzido ao longo da própria reprodutibilidade do modo de produção capitalista. E o lucro é o acicate do capitalista para acumular.

trabalho que, antes de atingir o limite interno absoluto da substituição por capital constante, tende a crescer a taxas decrescentes. O resultado é a concentração de meios de produção e força de trabalho nas mãos dos capitalistas individuais (efetuando o crescimento do capital social total), que, para tanto, necessitam de volumes crescentes de capital dinheiro. Em vista disso, para esses casos, Marx (2017a, p. 701) nos diz que concentração (simples) é sinônimo de acumulação e apresenta duas características: (a) a concentração dos meios sociais de produção nas mãos dos capitalistas industriais é restringida pelo ritmo de expansão da riqueza social; e, (b) nas esferas particulares de produção, o capital social se encontra dividido entre múltiplas personificações do capital que concorrem entre si. Decorre dessa situação que a acumulação/concentração se manifesta como concentração crescente dos meios de produção e de comando sobre força de trabalho e, ao mesmo tempo, repelência recíproca entre os muitos capitais individuais, capitais esses que resultam da divisão de antigos capitais e da formação de novos.

Marx adverte que, associada a essa fragmentação do capital social total, em uma multiplicidade de capitais individuais que são reciprocamente repelentes, atua uma atração entre esses mesmos capitais individuais. Essa atração é uma concentração de capitais muito distinta da concentração simples vista acima. Trata-se da suprassunção da independência de capitais individuais menores, expropriados por capitais maiores, e, assim, diz respeito à gênese de poucos e grandes capitalistas individuais. Nesse caso, estamos diante de um processo que ocorre sem sofrer coação do crescimento total da acumulação de capital social, pois trata-se do repartimento dos capitais individuais funcionantes já existentes. E aqui temos a concentração de capitais exposta de forma correta: o crescimento do capital até se transformar numa grande massa de capital nas mãos de um capitalista individual só deverá porque muitos outros capitalistas foram expropriados e deixaram de operar como personificações do capital. Esse processo tem por causalidade a luta permanente de todas as personificações do capital pela redução do valor (mensurado pelo tempo de trabalho gasto, portanto, valor em *dynamei*) de suas mercadorias a um nível menor do que o valor do mercado

(valor efetivo)⁹. E isso só é conseguido, de forma permanente, com o aumento da produtividade que envolve ganhos de escala de produção e esse é o acicate para a derrota dos capitalistas menores pelos maiores. Todo esse processo é estimulado pelo desenvolvimento do sistema de crédito, o qual permite a formação da enorme massa de capital dinheiro necessária para comprar as cada vez maiores plantas produtivas com tecnologias de última geração exigidas para a redução do valor em potência de cada nova mercadoria fabricada e para mobilizar a quantidade total do capital variável exigido pelas novas plantas com as novas tecnologias. É esse o motivo pelo qual Marx afirma que concorrência e crédito “são as duas alavancas mais poderosas da centralização” (MARX, 2017a, p. 702). A centralização integraliza a concentração (acumulação) ao ampliar as condições da ampliação da escala de produção dos capitalistas individuais. Quando comparamos o crescimento da reprodução do capital individual em forma espiral – que é produto da acumulação (concentração) e que só devém com o crescimento do capital social total – com o crescimento do capital individual possibilitado pela centralização – que apenas modifica as quantidades de capitais individuais já existentes ou em formação – concluímos que os resultados da centralização são muito mais frenéticos, acelerados. O que ilumina de modo incontestado o alargamento e a robustez que a centralização provoca nos efeitos da acumulação; além de precisar o papel decisivo da centralização na intensificação e amplificação das modificações da composição técnica do capital, essas modificações têm por corolário o aumento do capital constante em detrimento do capital variável, o que ocasiona uma redução na demanda relativa por força de trabalho.

Mais uma vez chegamos à seguinte constatação: a acumulação capitalista, reforçada pela centralização de capitais, produz, de forma constante, uma população trabalhadora supérflua¹⁰ para as necessidades de valorização do

⁹ Vimos que a contradição fundamental do modo de produção capitalista, entre valor de uso e valor e o tempo, é o que aciona essa causalidade.

¹⁰ Marx (2017a, cap. 23) a designa também como: população trabalhadora excedente, superpopulação relativa ou exército industrial de reserva.

capital social total. Entretanto, essa população supérflua, que é produto necessário da acumulação capitalista, ao mesmo tempo se constitui como alavanca da acumulação capitalista e vem a ser condição para a existência dessa acumulação. Produto necessário, já sabemos, pois decorre do aumento da composição do capital e este é o resultado inevitável da luta de cada capitalista individual para reduzir o valor, em potência, de cada unidade de mercadoria produzida por seu empreendimento. O que constrange as personificações do capital a agirem dessa maneira é, também já sabemos, a contradição fundamental que se afirma na expansão permanente do valor. E, ao mesmo tempo, é condição para a existência da acumulação, pois afasta a barreira natural, constituída pela taxa natural de crescimento populacional e expectativa de vida, à expansão ilimitada da acumulação. Como a constituição do exército industrial de reserva é produto da própria lógica autoexpansiva do valor, temos a produção do *quantum* de material humano adequado à expansão da acumulação de capital ao longo das fases do ciclo industrial, que é a forma típica através da qual a acumulação avança. Dessa maneira, a oferta de material humano para a continuidade da produção e expansão do valor se liberta dos limites e determinantes puramente biológicos e o capital apodera-se de uma enorme massa humana disponível a ser rapidamente mobilizada nos setores e atividades econômicas em que a acumulação e a centralização estejam agindo com maior intensidade, sem o risco de interrupção na escala da produção.

Neste ponto de nossa exposição cabe indicar a articulação intrínseca entre o ciclo industrial e o exército industrial de reserva. Postulamos que o ciclo econômico (assim como o exército industrial de reserva) tem por causa explicativa a contradição fundamental, à qual já nos referimos várias vezes. Marx, no capítulo 23 do livro Primeiro de *O capital*, fala que a trajetória

fundamental peculiar da indústria moderna é a de um ciclo decenal¹¹ com quatro fases, períodos ou momentos bem determinados: vitalidade média (prosperidade média), produção a todo vapor (superprodução), crise (paroxismo) e estagnação (MARX, 2017a, p. 708 e 714). Acrescenta que o ciclo industrial “repousa sobre a formação constante, sobre a maior ou menor absorção e sobre a reconstituição do exército de reserva ou superpopulação” (MARX, 2017a, p. 708) e arremata dizendo que as flutuações do ciclo arregimentam a superpopulação e, por esse motivo, se tornam um dos mais intensos fatores da reprodução dessa superpopulação.

Os movimentos dos salários, nessa sociabilidade, são ajustados tão somente pelos movimentos de aumento e retração da superpopulação relativa e esses, por seu turno, são determinados pelas flutuações que ocorrem ao longo do ciclo industrial. Agora, para a determinação dos salários, já não importa a totalidade integral da população trabalhadora, mas sim a divisão (que se modifica ao longo do tempo) dessa população em exército ativo e exército industrial de reserva. Além dessa divisão, atuam na determinação dos salários a ampliação e a contração da grandeza conexa do exército industrial de reserva e a medida em que ele é, em certas fases, assimilado e, em outras, expelido, pela flutuação do ciclo econômico. Em outras palavras, o exército industrial de reserva pressiona o exército ativo de trabalhadores, restando as pressões por aumentos de salários quando das fases ascendentes e acelerando a queda dos salários nas fases descendentes do ciclo. A lei da oferta e procura de trabalho tem sua atuação restringida, pelo exército industrial de reserva, em demarcações apropriadas à sofreguidão, das personificações

¹¹ Na edição francesa de *O Capital* há uma passagem que não consta na 4.a edição alemã. Nesse trecho, Marx diz que o ciclo econômico surge quando a grande indústria se torna a forma típica da organização produtiva capitalista – lembramos que grande indústria, nesse caso, é a forma de organização da produção que supera a produção capitalista manufatureira. Nesse momento as fases sucessivas do ciclo se distendem por vários anos e sempre produzem uma crise econômica geral, um paroxismo. Dessa forma, a crise marca o fim de um ciclo e o início de um novo ciclo. Finda dizendo que até aquele momento (1875, lançamento da edição francesa) o ciclo era de dez ou onze anos. No entanto, inexistiam razões para tomar essa periodicidade como constante ou imutável. De maneira oposta, sustenta que partindo das leis da produção capitalista seria necessário deduzir que não só a duração do ciclo é variável, como ele sofreria gradual redução. A referida passagem da edição francesa pode ser vista em Marx, 2017a, p. 709.

do capital, por exploração e dominação. Do exposto até este ponto, podemos arrematar, com Marx (2017a, p. 715), dizendo que aumento na demanda por trabalho não significa crescimento do capital¹² e aumento da oferta de trabalho não é o mesmo que aumento da classe trabalhadora, portanto, não estamos diante de duas variáveis independentes que se interferem reciprocamente e determinam os salários. Evidencia-se que o capital conforma tanto a oferta quanto a demanda de trabalho, de acordo com suas necessidades logicamente determinadas.

Sobre a superpopulação relativa, Marx adverte que todo trabalhador a compõe nos períodos em que está parcial ou totalmente desempregado. Acrescenta que essa superpopulação relativa existe em três formas – flutuante, latente e estagnada – além da camada mais arruinada (excluído o lumpemproletariado – vagabundos, delinquentes, prostitutas) da superpopulação que encontra-se no pauperismo. Esta última por sua vez é constituída por três categorias – aptos ao trabalho, órfãos e filhos de indigentes e, por fim, degradados, maltrapilhos e incapacitados para o trabalho. E termina apresentando a *lei geral absoluta da acumulação capitalista*: quanto maior for o capital em funcionamento, seu volume, vitalidade e potência de crescimento, maior será o tamanho absoluto do proletariado e sua produtividade, a par de, necessariamente, tanto maior ser a superpopulação relativa ou o exército industrial de reserva a ele associado. E quanto maior for o exército industrial de reserva em relação ao exército ativo de trabalhadores, maior será a massa total da superpopulação relativa estabelecida para a qual a “miséria está na razão inversa do tormento do seu trabalho. Por fim, quanto maior forem as camadas lazentas da classe trabalhadora e o exército

¹² O capital variável pode crescer se o trabalhador individual fornecer um *quantum* maior de trabalho ao longo de sua jornada, mesmo que o capitalista comande um número igual ou decrescente de trabalhadores. O capital variável reflete, aqui, não o número de trabalhadores empregados, mas o mais-trabalho produzido. O interesse de cada capitalista individual é extrair um *quantum* de trabalho de um número menor de trabalhadores (refletindo o constrangimento lógico da contradição fundamental) do que extrair esse *quantum* de trabalho, por um preço igual (salário) ou até menor, de um *quantum* maior de trabalhadores. Por conclusão, evidencia-se que os trabalhadores que permanecem empregados são obrigados a um sobretrabalho que envolve aumentos extensivos e intensivos da jornada de trabalho de maneira a intensificar o desemprego de parte da classe trabalhadora.

industrial de reserva, tanto maior será o pauperismo oficial” (MARX, 2017a, p. 719). Marx conclui, e isto é muito importante, dizendo que essa lei, como todas as outras leis do ser social, é modificada em sua aplicação por múltiplas circunstâncias contrariantes¹³.

Essa conclusão de Marx abre importantes questões sobre o que é classe social, proletariado, classe trabalhadora, massa do povo etc. Em outros momentos (ARAUJO, 2016a, 2016b, 2020a, 2020b, 2020c) tratamos desse conjunto categorial com mais atenção. Desse modo, acreditamos ser desnecessário nos ocupar em explicitar a nossa posição sobre esse conjunto. Ainda assim, alguns comentários se fazem necessários para uma compreensão mais apurada das ligações entre a contradição fundamental, as crises cíclicas e a crise estrutural do capital.

Marx quase não faz definições em *O Capital*; no entanto, no já citado capítulo 23 do Livro Primeiro, na nota de rodapé 70, ele define o que é o proletário: “Por ‘proletário’ deve-se entender, do ponto de vista econômico, apenas o assalariado que produz e valoriza ‘capital’ e é posto na rua assim que se torna supérfluo para as necessidades de valorização do ‘Monsieur Capital’ (...)” (MARX, 2017a, p. 690). Portanto, proletário, para o Marx maduro, que instaura sua teoria do valor, é o trabalhador produtivo – pouco importante se ele produz mercadorias que atendam necessidades do estômago ou do espírito¹⁴. Além disso, o autor¹⁵ expõe o que é ser trabalhador proletário: um ser humano mutilado, parcial, degradado, um mero apêndice das máquinas. Esclarece que a incorporação da ciência enquanto potência

¹³ Como ilustração de forças contrariantes para essa tendência, destacamos a extração sistemática do mais-valor relativo e as conquistas jurídicas que a classe trabalhadora arrancou da burguesia ao longo do século XX, culminando com a instituição do chamado “Estado de bem-estar social”.

¹⁴ Sobre esse ponto basta recordar a conhecida passagem do capítulo 14 do Livro Primeiro de *O Capital* em que Marx diz que “só é produtivo o trabalhador que produz mais-valor para o capitalista ou serve à autovalorização do capital” (MARX, 2017a, p. 578). Na sequência ele apresenta o mestre-escola como exemplo de trabalhador produtivo fora da esfera da produção material, desde que valorize valor para o capitalista que o emprega. E conclui dizendo que a condição de trabalhador produtivo não é sorte, mas azar, pois afinal o trabalhador não produz para si (valor e mais-valor) mas para o capital.

¹⁵ Aqui ele retoma e resume o que já havia apresentado no Livro Primeiro de *O Capital* – no capítulo 13, item 4.

autônoma da produção capitalista provoca a intensificação da desfiguração das condições em que o proletário trabalha, fazendo com que sua situação piore – independentemente do quantum de salário recebido. Além disso, aumento da composição orgânica do capital, pressuposto e resultado do processo de acumulação capitalista, reforça as cadeias que prendem o proletário ao capital. Em suma, a acumulação de capital significa acumulação de riqueza especificamente capitalista (valor) e riqueza material (valor de uso) no lado das personificações do capital e, ao mesmo tempo, acumulação de tormentos e a drenagem do que há de especificamente humano no proletário. Acumulação de capital é um processo que tem por par antitético a produção de miséria, o tormento do trabalhador proletário, sua “escravidão, a ignorância, a brutalização e a degradação moral” (MARX, 2017a, p. 721). Evidencia-se que não foi por acaso que Marx nos disse que ser proletário não é sorte, mas azar. Todavia, o importante é reter que a acumulação de capital produz uma massa de trabalhadores proletários em depleção e uma massa cada vez maior de desempregados.

No final do capítulo seguinte de *O Capital*¹⁶, Marx procura explicar quais as consequências da acumulação primitiva ou originária do capital. O realce é dado para as modificações que a propriedade privada atravessa historicamente. Num primeiro momento há a dissolução da propriedade privada arimada no próprio trabalho; ou seja, da propriedade privada dos meios de produção do trabalhador. Ainda que esta forma tenha ocorrido em várias formações sociais, será no modo de produção feudal, encontrado na Europa Ocidental, que verifica-se a forma específica que é dissolvida pelo avanço da sociabilidade do valor. O modo de produção feudal, no qual prospera essa propriedade privada, exige e pressupõe a fragmentação da terra e dos outros meios de produção. Sua “entificação” exclui a concentração dos meios de produção, a cooperação e divisão técnica do trabalho, além de bloquear o desenvolvimento das forças produtivas sociais e dificultar a dominação e comando social da natureza. Segundo Marx (2017a, p. 831),

¹⁶ Capítulo 24 – *A assim chamada acumulação primitiva* – último item – *Tendência histórica da acumulação capitalista*.

o modo de produção feudal, alcançando certo grau de desenvolvimento, forja os mecanismos de sua destruição. Essa destruição nada mais é do que o processo inicial de constituição da sociabilidade do capital, ou da acumulação capitalista originária – marcada pela concentração dos meios de produção até então fragmentados e dispersos em várias propriedades individuais, ou seja, pequenas propriedades em que o trabalhador proprietário produzia e reproduzia sua vida material darão lugar a gigantescas propriedades de poucos nas quais a massa da população, expropriada dos meios de produção necessários para a produção de sua vida material, terão que vender a única mercadoria que possuem – força de trabalho – para ter acesso aos bens de consumo e garantirem a continuidade de sua inserção na comunidade humana.

Uma vez que esteja plenamente estabelecida a sociabilidade do capital, nos diz Marx, e com a instauração dos meios de produção como meios de produção coletivos – socialmente explorados, mobilizados para a valorização do valor – a dinâmica societária do capital aponta para o surgimento de novas expropriações – não mais do trabalhador que trabalha para si mesmo, mas dos capitalistas que exploram inúmeros trabalhadores. A centralização do capital é a categoria que explica essas expropriações; capitalistas maiores despojam os menores, e, sustenta Marx (2017a, p. 832), associado a esse processo, verifica-se a ampliação da escala da cooperação no processo de trabalho, a aplicação sistemática da ciência e tecnologia na produção, a utilização de meios de trabalho como meios de trabalho que só podem ser utilizados coletivamente, o aproveitamento planejado da terra, a economia dos meios de produção por sua utilização social e combinada e a interconexão dos povos no mercado mundial capitalista. Em suma, um conjunto de manifestações associadas à centralização que apontam para o aumento da produtividade do trabalho e reforçam o aumento da composição orgânica do capital.

A continuidade da acumulação capitalista e do processo de centralização de capitais produz a redução do número dos grandes capitalistas que açambarcam os benefícios e ganhos desse processo. Associado a essa redução há o

aumento da “massa de miséria, opressão, servidão, degeneração, exploração, mas também a revolta da classe trabalhadora, que, cada vez mais numerosa, é instruída, unida e organizada pelo próprio mecanismo do processo de produção capitalista” (MARX, 2017a, p. 832). Ou seja, Marx encaminha sua argumentação para demonstrar como, a partir das contradições do antigo, pode nascer o novo e, ao mesmo tempo, se ocupa de indicar o agente social que pode conduzir esse processo. Destacamos que esse agente, em sua argumentação, é a classe trabalhadora e não a classe proletária. Em nosso entendimento ele não as toma como sinônimos e já esclareceremos esse ponto. Antes, precisamos iluminar sua ênfase nas contradições internas da sociedade do capital enquanto produtoras de sua destruição, vejamos:

O monopólio do capital se converte num entrave para o modo de produção que floresceu com ele e sob ele. A centralização dos meios de produção e a socialização do trabalho atingem um grau em que se tornam incompatíveis com seu invólucro capitalista. Arrebenta-se o entrave. Soa a hora derradeira da propriedade privada capitalista, e os expropriadores são expropriados. (MARX, 2017a, p. 832)

Marx sustenta que um outro modo de produção é engendrado no interior do modo de produção capitalista, tal como o modo de produção capitalista havia sido engendrado no interior do modo de produção feudal. Dessa maneira, a propriedade privada capitalista é a primeira negação da propriedade privada individual que tinha por arrimo o trabalho do proprietário e de sua família; na sociedade capitalista não se produz o reestabelecimento da propriedade privada, “mas a propriedade individual sobre a base daquilo que foi conquistado na era capitalista, isto é, sobre a base da cooperação e da posse comum da terra e dos meios de produção produzidos pelo próprio trabalho” (MARX, 2017a, p. 832). Como essa propriedade individual assentada na cooperação e posse comum dos meios de produção é a negação da propriedade privada individual capitalista, como essa era, por sua vez, a negação da propriedade individual do produtor trabalhador medieval, temos a negação da negação ou uma suprassunção. Toda explicação apresentada nessas passagens envolve um esforço para a captura da lógica societária

da sociedade moderna; tal esforço, ainda assim, não parece suficiente para integrar os determinantes da sociabilidade do valor e da vida reificada sob o capital. E isso pode ser uma chave explicativa dos motivos pelos quais Marx, na passagem vista acima, parece tomar classe trabalhadora como sinônimo de proletariado. A situação é ainda mais evidente se analisarmos o último parágrafo desse capítulo 24.

No fechamento desse capítulo, Marx nos diz que o processo de transformação da propriedade privada do produtor individual feudal em propriedade capitalista – que é a própria gênese do modo de produção capitalista – foi muito árduo, complicado e prolongado no tempo. Em comparação, a transformação da propriedade privada capitalista (que já organiza socialmente a produção) em propriedade social será muito mais rápida. Pois: “No primeiro, tratava-se da expropriação da massa do povo por poucos usurpadores, no segundo, trata-se da expropriação de poucos usurpadores pela massa do povo” (MARX, 2017a, p. 833). E remete, em uma nota de rodapé, o conceito massa do povo ao de proletariado tal como ele apresenta no *Manifesto Comunista*.

Sabemos que o *Manifesto Comunista* é um texto anterior à constituição da teoria do valor de Marx, que tem nos Grundrisse seu marco inicial. Por isso, no *Manifesto*, a categoria proletário é tomada como sinônimo de explorado, miserável, vilipendiado, oprimido etc., mas não a partir da determinação única do valor tal como vimos acima. Sustentamos que estamos diante da seguinte peculiaridade: Marx, de fato, identifica a massa do povo (*Volksmasse*) como o agente do processo de expropriação dos capitalistas. Não exatamente o proletariado, mas a massa do povo, que, em nosso entendimento, constitui a classe trabalhadora – o que sugere que ele as toma como sinônimo.

Precisamos descobrir os motivos que levaram Marx a esse movimento. Um possível caminho para responder é retomar todo o processo descrito por Marx nos capítulos 23 e 24 e que tentamos assinalar acima – a acumulação de capital, associada à centralização, acelera o aumento da composição orgânica do capital e produz um aumento substantivo e constante da superpopulação relativa ou exército industrial de reserva. Ainda que Marx advirta

que todo trabalhador faz parte, em algum momento, do exército industrial de reserva (EIR), o que indica que esse (EIR) é parte integrante do proletariado, o que acontece quando as flutuações do ciclo industrial já não são suficientes para reabsorver parte substantiva desse EIR e o desemprego permanente e por longo prazo é a realidade da sociedade do capital? Ainda se poderia identificar como um proletário em *dynamis* um indivíduo que já não realiza essa potencialidade por anos seguidos? Como manter as habilidades, conhecimentos, comportamentos ético-morais etc. depois de anos afastado da atividade de valorizar valor para o capitalista? Não estaríamos diante de um indivíduo que já não compõe a classe proletária, mas a massa do povo que só possui sua força de trabalho para vender – em termos lassos, pertencente à classe trabalhadora? Nesse caso, tanto massa do povo quanto classe trabalhadora são conceitos mais abrangentes e que não trazem consigo a explicação lógico-teórico-filosófica da missão histórica de extirpar o capital.

Ainda assim, como vimos acima, pouco depois de explicar que há uma expropriação dos capitalistas menores pelos maiores e que, associado a esse processo, há o aumento da miséria, opressão, exploração etc., o que provoca revolta na classe trabalhadora (massa do povo), Marx advoga que essa classe trabalhadora (massa do povo) é “cada vez mais numerosa, é instruída, unida e organizada pelo próprio mecanismo do processo de produção capitalista” (MARX, 2017a, p. 832). Contrastando essa afirmação com a classe trabalhadora ou massa do povo tal como existe nestes anos 20 do século XXI, é forçoso concluir que não estamos diante de uma massa ou classe instruída, unida e organizada pelo próprio capital. Tal constatação apenas reforça que massa do povo ou classe trabalhadora não apresenta um elã orgânico que as estructure como sujeitos – tradição de associação, formas de organização, um conjunto ético-moral próprios etc. Tanto uma como a outra (massa do povo e classe trabalhadora) são conceitos ômbus; no seu interior cabem uma miríade de possibilidades e de tipos de trabalhadores – segmentados por raça, gênero, religião etc. Além disso, o avanço da composição orgânica do capital não organiza, mas desorganiza e realiza a depleção do conhecimento e da cultura da massa do povo. Ainda assim, a revolta se faz presente

e de forma permanente e frequente na massa do povo. A revolta permanece sendo a porta de entrada para que a teoria crítica se aproprie da massa do povo. Pois não pode restar dúvidas de que a superação da sociedade do capital será feita com a massa do povo, ou não será.

4. Considerações Finais

Todo esse processo, exposto anteriormente, indica como a contradição fundamental da sociedade do capital instaura uma dinâmica societária que aponta para o limite interno absoluto da lógica que a impulsiona. O limite interno absoluto é o resultado do aumento constante e permanente da composição orgânica do capital; esse aumento induz uma redução tamanha do capital variável que a própria produção do valor, a riqueza especificamente capitalista, é comprometida. Ou seja, a lógica do valor – permanente e inexorável autoexpansão – passa a ter uma barreira engendrada por seu próprio processo autocontraditório. A constatação da efetivação desse limite (que antes era uma possibilidade, uma tendencialidade) pode ajudar no entendimento dos motivos pelos quais Marx sustentou que a classe trabalhadora (massa do povo) – em meio ao aumento da sua revolta com as consequências da acumulação e centralização de capital – possuía a vantagem de ser numerosa, instruída e organizada. De fato, essas eram características do proletariado inglês recém-formado (segunda metade do século XIX) e uma possibilidade para o proletariado do continente europeu, que, na maioria dos países, ainda estava em formação nesse período. Em suma, a descrição feita por Marx da massa do povo talvez fosse válida para o período em que o limite interno absoluto ainda não havia se manifestado em sua plenitude. O momento de erupção da crise estrutural, deflagrada por esse limite interno, e seu posterior desenvolvimento (1974/78-2020) sugerem que as características da massa do povo parecem ser bem distintas daquelas apontadas por Marx.

REFERENCIAS

- ARAUJO, P. H. F. Dominação Abstrata. Capital: Sujeito Histórico. *Geminal: Marxismo e Educação em Debate*, v. 12, p. 348-362, 2020a
- ARAUJO, P. H. F. As categorias classes sociais e Estado no Livro Primeiro de *O Capital*. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, v. 56, p. 21-47, 2020b
- ARAUJO, P. H. F. David Harvey: Mercadoria, Capital, Capital de Empréstimo e Capital Fictício – Notas Críticas. *Marx e o Marxismo*, v. 8, p. 269-294, 2020c
- ARAUJO, P. H. F. Notas Críticas à compreensão de Lênin sobre o Estado: revisitando O Estado e a Revolução. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, v. 50, p. 114-141, 2018
- ARAUJO, P. H. F. Marx: Capital, Estado e política: notas. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, v. 43, p. 37-62, 2016a
- ARAUJO, P. H. F. Notas Críticas ao artigo Miséria na filosofia marxista: Postone leitor d'O capital, por Bidet. *Verinotio*, v. 22, p. 120-151, 2016b
- ARAUJO, P. H. F.; DUAYER, M.; *Desventuras do Marxismo Tradicional: Notas sobre a Polêmica Harvey-Roberts*. Outubro (São Paulo), v. 34, p. 63-88, 2020
- CHASIN, J. *Marx: Estatuto Ontológico e Resolução Metodológica*. São Paulo: Boitempo, 2009
- DUAYER, M.; ARAUJO, P. H. F. Trabalho Abstrato, Objetivação, Alienação, Fetice – Marx lido por Postone. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, v. 1, p. 10-41, 2022
- DUAYER, M.; ARAUJO, P. H. F. Valor como Forma de Mediação Social: Interpretação de Marx a partir de Postone. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, v. 57, p. 45-82, 2020
- DUAYER, M.; ARAUJO, P. H. F. Para a crítica da centralidade do trabalho: contribuições de Lukács e Postone. *Em Pauta*, v. 13, p. 15-36, 2015
- LUKÁCS, G. *Para uma ontologia do ser social I*. São Paulo: Boitempo, 2012
- LUKÁCS, G. *Para uma ontologia do ser social II*. São Paulo: Boitempo, 2013
- MARX, K. H. O capital: crítica da economia política: livro 1: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2017a
- MARX, K. H. *O capital: crítica da economia política: livro 3: o processo global da produção capitalista*. São Paulo: Boitempo, 2017b
- MARX, K. H. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo, 2011
- MARX, K. e ENGELS, F. *Manifesto Comunista*, São Paulo: Boitempo, 2005
- POSTONE, Moishe. *Tempo, trabalho e dominação social: uma reinterpretação da teoria crítica de Marx*. São Paulo: Boitempo, 2014